



## **INTEGRAÇÃO LOCAL DE BRASILEIROS NOS PAÍSES BAIXOS (2008-2014)**

### *LOCAL INTEGRATION OF BRAZILIANS IN THE NETHERLANDS (2008-2014)*

**CAROLINA MACHADO DA SILVA FREITAS VAN IEPEREN<sup>1</sup>**

Universidade Vila Velha - UVV/ES  
E-mail: carolinamsfreitas@gmail.com

**VIVIANE MOZINE RODRIGUES<sup>2</sup>**

Universidade Vila Velha - UVV/ES  
E-mail: vmozine@uvv.br

**Resumo:** Este artigo busca mecanismos que contribuem para integração local de brasileiros nos Países Baixos, e o faz por meio de estudo de caso, sendo a pesquisa quantitativa, qualitativa e bibliográfica, além de aplicação de questionário semiaberto e entrevistas abertas. Ao final conclui-se que as hipóteses, de que o papel do Ministério das Relações Exteriores é fundamental na facilitação da integração local de imigrantes brasileiros na Holanda e de que os brasileiros nestas condições buscariam ativamente o auxílio das autoridades brasileiras, são falsas.

**Palavras-chave:** Integração Local, Brasileiros na Holanda, Auxílio Governamental, Itamaraty.

**Abstract:** This article seeks to mechanisms that contribute to the local integration of Brazilian in the Netherlands, and does so through a case study, being the research quantitative, qualitative, and bibliographic, as well as semi-open questionnaire and open interviews. At the end it was concluded that the hypothesis that the role of the Ministry of Foreign Affairs is crucial in facilitating the local integration of Brazilian immigrants in the Netherlands and that Brazilians in these conditions would actively seek to the assistance of Brazilian authorities are false.

**Keywords:** Local Integration, Brazilians in the Netherlands, Governmental Assistance, Itamaraty.

---

<sup>1</sup>Graduada em Relações Internacionais, em julho de 2016, pela UVV/ES.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais PUC-SP. Professora dos programas de mestrado em Sociologia Política, do mestrado em Segurança Pública e do curso de graduação em Relações Internacionais UVV-ES. Coordenadora do NUARES – Núcleo de apoio aos refugiados no Espírito Santo.

## Introdução

Através de entendimento sobre as origens e o funcionamento da diplomacia brasileira, e da compreensão da importância direta dos movimentos migratórios no desenvolvimento e crescimento do Brasil, este trabalho descreverá as relações entre o país sul-americano e os Países Baixos no contexto migratório – desde o início das relações até o ano de 2014 – como pano de fundo para o objetivo central do artigo: a análise da integração local dos imigrantes brasileiros na Holanda.

Nesse contexto, integração local é aqui entendida em concordância à visão de Crisp (2004): como o ajuste do estrangeiro à nova sociedade, sem necessariamente abandonar sua cultura natal, mas de forma a ser aceito e se sentir parte integrante do meio ao qual foi anexado.

Com a intenção de tornar o trabalho mais específico, a análise foi feita tendo por base os brasileiros que imigraram para os Países Baixos entre os anos de 2008 e 2014 (período em que houve maior disponibilidade de dados), com fins de reunião familiar, grupo esse que compreende três subgrupos: casamento, união estável e convivência com parentes.

Para tanto, uma pesquisa de campo, que contou com entrevistas abertas e questionário semiaberto, foi realizada e forneceu dados quantitativos e qualitativos sobre a percepção desses brasileiros quanto à sua adaptação e integração no país, e também sobre o papel do Itamaraty, por meio do Consulado Geral do Brasil em Roterdã, neste processo.

As dezoito perguntas do questionário foram previamente elaboradas, sendo que nenhuma foi de resposta obrigatória e algumas admitiam comentários. O questionário foi aplicado via e-mail e Facebook, através de plataforma do Google, e os respondentes foram membros do grupo “Brasileiros na Holanda”, naquela rede social, selecionados de acordo com os pré-requisitos já descritos acima.

As entrevistas abertas visavam entender as sensações do entrevistado sobre todo o processo migratório. Nesta fase não era necessário que o inquirido seguisse os pré-requisitos, uma

vez que a intenção era utilizar as respostas das entrevistas como complemento aos dados sobre a imigração brasileira geral na Holanda.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo, pois, partindo da revisão bibliográfica primária e secundária, da pesquisa de campo e dados oficiais (bibliografia terciária) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, do *Centraal Bureau voor de Statistiek*<sup>3</sup> e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as hipóteses do artigo serão testadas. Tomando por base o entendimento de que a imigração para reunião familiar é entendida como uma forma de imigração definitiva (em que não há limitação de tempo) e que os brasileiros que emigram para a Holanda por tal fim buscam a integração local de forma mais veemente do que outros tipos de imigrantes, supõe-se que (1) o Ministério das Relações Exteriores teria grande importância para a facilitação da integração local de imigrantes brasileiros na Holanda, e que (2) os brasileiros nestas condições buscariam mais o auxílio das autoridades brasileiras, neste caso, representadas pelo Consulado Geral do Brasil em Roterdã.

Quanto aos tipos de pesquisa, a natureza é aplicada; o objetivo geral é exploratório, considerando-se o baixo índice de trabalhos relacionados ao caso tratado por este artigo; a abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa; e o procedimento técnico é o de estudo de caso.

Para facilitar a leitura e o entendimento, o presente artigo foi dividido em três partes: (1) uma breve descrição do surgimento da diplomacia e como ela acontece no Brasil; (2) a segunda parte objetiva situar rapidamente o leitor sobre as relações Brasil-Holanda desde o seu início até 2014, no que se refere às migrações; (3) por último, é feita a análise da integração local dos brasileiros e, principalmente da influência do Itamaraty neste processo, questionando se, de fato, os meios de auxílio divulgados por este órgão governamental cumpriram seu objetivo em relação grupo estudado.

Ao final da análise, foi concluído que as hipóteses iniciais são falsas e que outras suposições podem ser mais viáveis que as primeiras. Não é possível, entretanto, afirmar

---

<sup>3</sup> Instância responsável pela publicação de dados estatísticos do governo holandês.

com certeza, uma vez que a amostra foi limitada e não necessariamente representa de forma equivalente a realidade total. Por essa razão, cabe estudo mais detalhado sobre o assunto e com amostragem maior à utilizada para a realização deste artigo e sem limitações, que aqui foram necessárias para a síntese.

## **2. Parte I – Diplomacia no Brasil**

Apesar da palavra diplomacia remeter à atuação internacional de uma nação, seu significado vai além disso. Redfob (1923, p.78 *apud* RANGEL, 1988, p.89) declara que a diplomacia é “tão remota quanto os próprios povos”, tendo em vista que a percepção da mesma já podia ser notada desde a antiguidade, quando líderes tribais resolviam seus conflitos e problemas comuns através da concordância (NUMELIN, 1945 *apud* RANGEL, 1988). Porém, apesar de sua *ancianidade*<sup>4</sup>, não havia nada que pudesse ser comparado com um Ministério das Relações Exteriores na Idade Antiga (WILLIAMS, 1924 *apud* RANGEL, 1988).

Com a formação dos primeiros Estados, a atuação no contexto internacional ficou inicialmente restrita a estes, que tinham plena autonomia para agir dentro de suas fronteiras e independência para atuar externamente, mesmo que o marco territorial representasse o limite da extensão da soberania estatal (JAEGER, 2011). Ainda que presente esta arraia, reconhecia-se que a atuação de um Estado poderia ultrapassar fronteiras através de um representante, o que num primeiro momento acontecia por motivações comerciais. Mas com o passar do tempo foram expandidas as motivações para tal suplantação.

A Convenção de Viena sobre Relações Consulares, em 1963, foi resultado da concordância entre os países para a regulamentação jurídica da representação diplomática e consular no exterior, pois se entendia que isto “contribuiria também para o desenvolvimento de relações amistosas entre os países, independentemente de seus regimes constitucionais e sociais”.<sup>5</sup> Entre as questões tratadas pela Convenção, há destaque especial – no contexto deste artigo – para a formalização do direito (e também obrigação) do *Estado de origem* assistir seu nacional no exterior, e para o dever do Estado receptor permitir esse amparo.

---

<sup>4</sup>Termo utilizado por Rangel (1988).

<sup>5</sup>Preâmbulo da Convenção de Viena para Assuntos Consulares.

Tais casos são tratados nos artigos 5º e 36º, que falam, respectivamente, das funções dos Estados em relação às pessoas físicas e jurídicas a eles correlatadas – proteção, atenção às necessidades, assistência jurídica e consular e resguardo dos interesses –, e das comunicações pessoa-Estado e entre os países.

No Brasil, tal convenção foi ratificada pelo presidente Costa e Silva, em 1967, junto ao Secretariado-Geral das Nações Unidas. Após essa aceitação, o Itamaraty passou a exigir maior grau de formação de seus postulantes, sendo o nível mínimo de instrução o primeiro ano completo de curso superior. Nos anos seguintes a exigência foi aumentando até ser exigida a formação completa.

A carreira diplomática no Brasil, de acordo com o próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE), inclui cargos como o *diplomata*, que “é o servidor público aprovado no concurso do Instituto Rio Branco”, e os cônsules, sendo o *cônsul-geral* responsável pela repartição consular geral, ou seja, é um diplomata que coordena o funcionamento de um Consulado-Geral, e o *cônsul-honorário* cidadão capacitado, podendo ser estrangeiro ou nacional, que recebeu um título honorífico e auxilia voluntariamente seus concidadãos no local onde está estabelecido. Há ainda o *embaixador*, que é indicado pelo Presidente da República para chefiar uma missão diplomática, podendo ou não ser diplomata, e o *chanceler*, que é o título outorgado ao Ministro das Relações Exteriores.

Nos dias que correm, o MRE compreende a importância da assistência a cidadãos brasileiros, tanto àqueles que emigram quanto àqueles que retornam ao *País de origem*. De acordo com Pedrosa (2011), um dos motivos que reforçam o interesse do Itamaraty em seus nacionais é o fato do montante enviado por brasileiros expatriados<sup>6</sup> ser tamanho ao ponto de ultrapassar o valor obtido por qualquer produto na pauta de exportações, e ainda podendo chegar a ultrapassar o Produto Interno Bruto em 1%, caso sejam considerados o transporte informal de remessas em moeda estrangeira feita pelos próprios brasileiros.

O Itamaraty, então, aprimorou o atendimento consular ao longo dos anos e desenvolveu maneiras de assistir seus nacionais no exterior, como através da aproximação com o

---

<sup>6</sup> Aqueles que não residem mais no Brasil.

público por meio das redes sociais<sup>7</sup> e do aumento das representações consulares, e com a divulgação de cartilhas informativas, que tratam de questões como o retorno ao Brasil, serviços prestados pelos consulados brasileiros e sobre os deveres do imigrante no exterior.

### **3. Parte II – A Holanda e os Brasileiros**

#### ***3.1. Holandeses no Brasil***

O contato de brasileiros com holandeses acontece desde a época colonial, tendo como principal motivador naquele tempo o açúcar. A especiaria foi o primeiro e principal produto adquirido do Brasil pelos neerlandeses<sup>8</sup>, que procuravam viajar diretamente para os Países Baixos<sup>9</sup>, evitando passar por Lisboa, com intuito esquivar-se do controle alfandegário, político e tributário de Portugal.

Enquanto potência marítima em ascensão, os holandeses aspiravam o monopólio da navegação e, para isso, foi decidido que teriam que ocupar colônias ibéricas americanas e africanas, aumentando os conflitos com a região<sup>10</sup>. As tentativas de invasão holandesa no Brasil se concentraram no nordeste, e a mais relevante delas foi de 1630 a 1654, com um domínio que se estendia de Pernambuco ao Ceará, área essa que também era conhecida como *Nieuw Holland* (ou Nova Holanda). (FAUSTO, 1996)

O príncipe holandês Johan Maurits van Nassau-Siegen, mais conhecido como Maurício de Nassau, foi nomeado governador e foi responsável por grandes melhorias em Pernambuco, como tolerância religiosa<sup>11</sup>, favorecimento das artes<sup>12</sup>, superação das crises de

---

<sup>7</sup> Como o Facebook, por exemplo, onde são divulgadas ações de política externa. É também possível fazer perguntas por este meio.

<sup>8</sup> Já possuíam refinarias de açúcar desde o século anterior (XVI), logo, desde que possuíssem a matéria-prima, poderiam comercializar o produto final na Europa.

<sup>9</sup> Tendo em vista que, na época, a região da Holanda não representava a área total do país nos dias de hoje e que os territórios tratados como holandeses neste tópico compreendem a atual Bélgica, a melhor nomenclatura a ser usada até 1830, ano da independência da parte belga, é Países Baixos.

<sup>10</sup> Albuquerque (2010) sugere que a conquista de áreas no Brasil colônia possibilitaria mais chances de dominar colônias portuguesas na África Ocidental e colônias espanholas na América, além da possibilidade de trocar o monopólio ibérico pelo holandês.

<sup>11</sup> Inclusive com judeus, que agora poderiam praticar sua fé em público.

<sup>12</sup> “Nassau favoreceu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco” (FAUSTO, 1996)

abastecimento<sup>13</sup>, melhorias na estrutura urbana de Recife e estabelecimento desta cidade como capital do estado de Pernambuco. Esses fatores contribuíram para que a invasão holandesa não tivesse caráter tão negativo na região, mas, mesmo assim, Pernambuco também foi o centro da revolta contra o domínio holandês.

A expulsão neerlandesa no Brasil aconteceu em 1654, quando Portugal avançou no litoral do Nordeste. Houve outras tentativas de invasão holandesa na então colônia portuguesa, como através do Rio de Janeiro e Espírito Santo, porém sem sucesso. Apesar da saída do território brasileiro, os neerlandeses ocuparam colônias portuguesas na África e passaram a controlar o fornecimento de escravos. Após esse período, holandeses e brasileiros só voltaram a ter contato mais relevante no século XIX, como resultado das propagandas da Associação Central de Colonização (ACC).

No início dos mil e oitocentos, o Brasil já procurava por substitutos da mão-de-obra africana e, para alcançar seu objetivo, divulgava oportunidades de obtenção de terras, subsídios, instalação e alimentação a europeus que se estabelecessem em territórios brasileiros ainda não civilizados. Além do mais, discutia oferecer vantagens financeiras a fazendeiros brasileiros que adotassem mão-de-obra europeia (ROOS; ESHUIS, 2008).

Tendo em vista uma antiga lei holandesa que facultava o registro de seus nacionais fora do país para proteger sua privacidade, não é possível precisar a quantidade de imigrantes naturais dos Países Baixos que para cá vieram. A este fator soma-se o fato de que muitos holandeses eram confundidos com alemães, o que dificulta ainda mais o censo. Em glossário sobre a imigração holandesa no Brasil elaborado pela Universidade de Campinas, estima-se que o número esteja compreendido entre dez e trinta mil neerlandeses no total, que eram direcionados a todas as regiões brasileiras, com destaque para Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

No Espírito Santo, os imigrantes se estabeleceram em Rio Novo, Santa Leopoldina e Mucuri, enfrentando condições precárias e abandono (ROOS; ESHUIS, 2008). Em São Paulo os imigrantes eram majoritariamente enviados para cafezais localizados nas

---

<sup>13</sup> O príncipe obrigava os donos de terras a plantarem mandioca, chamado “pão do país”. (FAUSTO, 1996)

periferias para substituir a mão-de-obra escrava. Ainda de acordo com o glossário supracitado, os holandeses fundaram no estado cidades como Holambra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Itanhaém e Nova Europa.

No estado do Rio Grande do Sul, os imigrantes que chegaram no século XIX foram enviados para as colônias de Santa Cruz, Santa Maria de Soledade, Nova Petrópolis e Santo Ângelo, e os eram muito confundidos com alemães. Já no Paraná, a imigração começou na primeira década dos mil e novecentos e foi destinada para Ponta Grossa. Lá fundaram cidades como Castro e Carambeí, e indústrias de laticínios<sup>14</sup>, como Sociedade Cooperativa Castrolanda, Cooperativa Batavo e Cooperativa Agrícola de Arapoti, que juntas formavam a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, “responsável por uma das maiores bacias leiteiras do Brasil.” (CORDEIRO; NASCIMENTO, 2006)

Segundo censo do IBGE (2010), que mostra os movimentos migratórios no país, 768 holandeses se mudaram para o Brasil no ano 2000, elevando o número total de imigrantes neerlandeses para 3.503. Dez anos depois a entrada foi maior, 850 pessoas, porém, o número total caiu 5,11%, chegando a 3.324 imigrantes. O mesmo censo mostra ainda a emigração de imigrantes internacionais no Brasil em 2010: 5.250 holandeses, o que explica a queda na quantidade total de holandeses vivendo em território brasileiro.

Quanto ao intercâmbio de capital, Brasil e Holanda figuram-se como grandes parceiros: o país europeu é o quinto maior parceiro comercial e quarto maior comprador individual do Brasil. Além do mais, o MRE divulgou que os Países Baixos são o principal destino do Investimento Externo Direto brasileiro, com cerca de 40 empresas brasileiras atuando no país e mais de 400 empresas holandesas instaladas no Brasil.

### **3.2. Brasileiros na Holanda**

Meeteren e Pereira (2013) apresentam os primeiros registros de brasileiros na Holanda, que são de 1930, quando apenas 39 dessas pessoas moravam naquele país. Devido à grande

---

<sup>14</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos holandeses deixaram uma Holanda bastante afetada pelo nazismo em busca de melhores condições de vida no Brasil. Eles traziam gado, materiais para prepararem a terra, e para produzir laticínios, como explicou o adido comercial da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil, Humbertus Slegeers.



dificuldade em encontrar esse tipo de estatística, os próximos dados citados por elas são de 1972, com 139 brasileiros. De acordo com as autoras, esses últimos brasileiros deixaram o Brasil não só para fugir da repressão militar, mas também por motivos de estudo, trabalho e família. Contudo, as razões para a migração brasileira destinada aos Países Baixos mudaram ao longo do tempo, aumentando a quantidade desse grupo migratório para 6.589 em 1996 (MEETEREN; ROGGEVEEN, 2013), ou seja, um crescimento impressionante de 47,4 vezes em 24 anos.

Às motivações antigas, passa-se a somar também as motivações culturais (artistas, escritores, pessoas que querem aprender a língua e/ou conhecer a cultura) e para aventura. De acordo com as estimativas do MRE para 2007, 16.399 brasileiros moravam nos Países Baixos, o que representa 0,54% do total dos brasileiros imigrantes nos vinte países onde a incidência de migração brasileira é maior. Apesar de estar em 17º lugar neste ranking, a imigração brasileira na Holanda em 2007 já era duas vezes maior do que há cinco anos, em 2002, mesmo com as novas regras para imigração.<sup>15</sup>

No ano seguinte, o total de brasileiros no país europeu subiu para 17.600, cerca de 2,16% do total de brasileiros na Europa. Em 2010, o número total subiu para 20.426, aumentando a porcentagem de brasileiros na Holanda para 2,24% do total do continente.

No ano de 2011, o crescimento foi maior: 27.097 brasileiros nos Países Baixos. Em 2012, novo alargamento de 3.203 brasileiros. Apesar do aumento consecutivo em seis anos, em 2013 houve queda expressiva de 8.352, ou seja, 21.948 permaneceram no país.

É possível perceber uma queda no crescimento anual da entrada brasileiros. Isso ocorreu devido ao aumento da dificuldade do processo migratório, que é muito burocrático, caro e longo (MEETEREN; ROGGEVEEN, 2013), por isso muitos optam pela ilegalidade.

O Consulado Geral do Brasil em Roterdã divulgou que em 2009 seriam aproximadamente 1.991 brasileiros vivendo irregularmente, tendo como base para o cálculo a quantidade de latino-americanos na mesma situação. Meeteren e Pereira (2013) mostram ainda que a estimativa de imigrantes ilegais em 2012 varia de 3.000 a até 20.000 brasileiros. Em outras

---

<sup>15</sup> O objetivo das novas regras era dificultar a imigração desenfreada não só de brasileiros, mas de pessoas do mundo inteiro. Teve início em 15 de março de 2006 (Embaixada do Reino dos Países Baixos em Brasília).

palavras, a população em situação irregular pode representar desde 9,9% a 66% do total de imigrantes brasileiros até meados de 2013. De acordo com o Consulado, essas pessoas tendem a viver em locais com maior concentração de brasileiros, tais como Amsterdã, Roterdã e s-Gravenhage.

Passando agora para a migração por motivos de reunião familiar – que significa considerar especificamente aquelas pessoas que passam a viver num país para morar com alguém, seja natural ou estrangeiro, como parentes (pais, avós ou responsável legal), cônjuges ou parceiros – há destaque para os casos de casamento e união estável, embora esse grupo inclua também o convívio com parentes.

De acordo com estudo feito por Meeteren e Pereira (2013), 68% dos brasileiros na Holanda são mulheres. Segundo outro estudo de Meeteren e Roggeveen (2013), o casamento entre holandeses e brasileiras é a provável causa da dominância feminina a partir de 25 anos, e tal afirmação é também confirmada pelo Consulado Geral do Brasil em Roterdã. Ambos devem ter 21 anos ou mais para que o casamento ou a união estável sejam reconhecidos.

Quanto aqueles que imigraram para conviver com parentes, o mais comum é viver com a mãe. Enquanto que os outros grupos são claramente dominados por mulheres, este tem maior incidência de homens, ainda que não seja possível precisar, considerando que esse tipo de migração só pode ocorrer se o novo imigrante<sup>16</sup> for menor de idade e solteiro. (MEETEREN; PEREIRA, 2013)

A integração local inicial para pessoas que possuem cônjuge, parceiro ou família integrada na Holanda é mais fácil (ou menos complicada) do que para pessoas que não tem esses contatos. Geralmente este grupo tem muito mais acesso a habitação e emprego. Isso acontece devido à facilidade de mobilização de networking do nacional holandês ou daquele que vive lá por mais tempo<sup>17</sup> e às regras para a imigração, que incluem a obrigação do responsável de ganhar uma quantidade mínima de recursos por mês para garantir a sobrevivência de ambos. Entretanto, outras questões como adaptação a aspectos culturais,

---

<sup>16</sup> Ou seja, aquele que imigrou a pouco. No caso de viver com a mãe, refere-se ao filho.

<sup>17</sup> Também chamados de “responsáveis”.

língua e formação de vínculos de amizade com holandeses deixam a desejar, tendo em vista que dependem do próprio imigrante. (MEETEREN; ROGGEVEEN, 2013)

## **4. Parte III – Pesquisa de Campo**

### **4.1. Sobre a pesquisa**

Para elaborar a pesquisa de campo, duas ferramentas foram utilizadas: entrevistas abertas e questionário semiaberto. As entrevistas foram feitas através de visita a estabelecimentos brasileiros nos Países Baixos e de conversas, pessoalmente e por *chat*, com cinco brasileiros imigrantes na Holanda. Para a entrevista, não houve delimitação, por isso pessoas em qualquer situação poderiam responder, todavia, ainda que sem filtros, os respondentes foram todos imigrantes brasileiros por motivo de reunião familiar. O objetivo era complementar informações sobre a imigração geral de brasileiros nos Países Baixos.

O questionário foi disponibilizado em grupos de brasileiros na Holanda, no Facebook. As pessoas que responderam poderiam ser de qualquer parte do Brasil e morar em qualquer província holandesa e foram selecionadas de acordo com a seguinte delimitação: brasileiros, que emigraram para os Países Baixos por motivos de reunião familiar (convívio com parentes, casamento ou união estável), entre os anos de 2008 e 2014. O questionário foi dividido em três partes: “perfil”, “adaptação” e “papel do Itamaraty”, contendo um total de dezoito perguntas, sendo que algumas abriam espaço para considerações. As respostas não eram obrigatórias e tanto para o questionário quanto para a entrevista não foi necessário se identificar.

### **4.2. Perfil**

Entre aqueles brasileiros que responderam ao questionário, quatro chegaram à Holanda em 2008, o que representa 30,8% do total. Nos anos de 2010, 2011 e 2014, seis pessoas chegaram, sendo duas em cada ano. Não houve registro em 2012. Em 2013 foram três pessoas.

Em relação ao local de domicílio, 46,2% moram na província de Utrecht, a quinta maior em número de imigrantes brasileiros na Holanda. Mais 38,5% moram na província da Holanda do Norte, onde fica a cidade de Amsterdã, e apenas um mora na província da Holanda do Sul, mais especificamente em Roterdã. Ainda, uma mulher mora em Flevoland, a quinta menor província em número de brasileiros.

Um dado em especial chamou a atenção: das treze pessoas que responderam a essa parte do questionário, dez eram mulheres, sendo que todas estavam no país ou por união estável ou por casamento. Entre os homens, dois foram por união estável e um foi para conviver com parentes. Esse resultado certamente remete à explicação do Consulado brasileiro na Holanda, já descrita neste trabalho, de que a grande superioridade numérica feminina em relação à masculina era resultado da forte imigração com fins de matrimônio.

Cinco dos questionados estavam no grupo de idade entre 22 e 30 anos, incluindo dois homens, sendo que um imigrou para conviver com parentes. Seis brasileiros tinham entre 31 e 40 anos, incluindo o terceiro homem. Mesmo que o questionário incluía também imigrantes a partir de 2014, o resultado combina com o documento de 2013 fornecido pelo Consulado brasileiro em Roterdã de que estes são os maiores grupos de idade, caso combinados. Mais duas pessoas ficaram em grupos de idade diferentes: de 41 a 50 e superior a 61. Não foram registrados brasileiros com idade igual ou inferior a 21 anos.

Quanto à escolaridade, apenas uma mulher entre 31 e 40 anos tem ensino fundamental incompleto<sup>18</sup>, porém, a senhora com mais de 61 anos está atualmente cursando o ensino fundamental. Um homem e uma mulher, ambos entre 22 e 30 anos, possuem ensino médio completo. Entre aqueles que possuem ensino superior, uma mulher entre 31 e 40 anos iniciou os estudos, mas parou; uma mulher entre 22 e 30 anos está em curso; e três pessoas, sendo duas mulheres e um homem entre 31 e 40 anos e um homem entre 22 e 30 anos possuem diploma de graduação. Além disso, outras duas mulheres, uma entre 22 e 30 e outra entre 41 e 50, tem formação de pós-graduação.

---

<sup>18</sup> O que significa que ela não está cursando no momento.

Todas as perguntas sobre o perfil foram respondidas por treze brasileiros, com exceção da pergunta sobre a situação imigratória, onde apenas cinco pessoas responderam. Todos os cinco afirmaram ser imigrantes legais.

### ***4.3. Adaptação***

Foram feitas perguntas em forma de escala linear, com números de 1 a 10, sendo 1 muito fácil e 10 muito difícil. Nesta fase do questionário, as pessoas foram perguntadas sobre sua sensação pessoal de adaptação à vizinhança, ao local de trabalho, à cultura e à sociedade holandesas, além de sua vida social.

Quanto à vizinhança, de todas as quatorze pessoas que responderam, 28,6%, os seja, quatro pessoas, consideram que a ambientação foi número 5, o que quer dizer que nem foi tão fácil e nem tão difícil. Outras quatro pessoas sentiram que essa adaptação foi fácil em algum grau, por isso marcaram os números 1, 2 e 3. Todavia, a maioria considerou o processo como difícil, marcando entre 6 e 9.

Com relação ao ambiente de trabalho, apenas duas pessoas consideraram que a adaptação ao foi fácil, marcando o número 3. Quatro pessoas consideraram que a dificuldade foi moderada, escolhendo o número 5, e o restante achou que o processo foi complicado, o que os levou a marcarem entre 6 e 9. Treze pessoas responderam.

Sobre a vida social, uma pessoa considerou ser muito difícil conseguir novos amigos nos Países Baixos, marcando 10. Outras seis também tiveram dificuldades, escolhendo números entre 7 e 9. Quatro consideraram a dificuldade como moderada (escolheram o número 5) e três entenderam que não foi muito difícil, marcando 4. Neste tópico, houve quatorze respostas.

Considerando agora as entrevistas, uma resposta chamou a atenção a respeito de integração e adaptação. Para ela, que está na Holanda há mais de 20 anos, adaptação não significa integração. Durante a conversa, a brasileira relatou a dificuldade em encontrar amizades entre os holandeses, sendo às vezes mais fácil tornar-se amiga de outros imigrantes do que dos locais. “É como se você fizesse parte da sociedade, mas ao mesmo tempo não fizesse”.

No tópico sobre a adaptação na cultura local, onde quatorze pessoas responderam, a minoria (quatro pessoas) considerou ter sido mais difícil do que fácil, escolhendo 6. Dos outros dez, quatro tiveram facilidade (números entre 2 e 4), um teve dificuldade moderada (número 5) e cinco entenderam que o processo foi bastante complicado (números entre 7 e 9).

Quanto à aceitação pela sociedade local, oito das quatorze pessoas marcaram números entre 6 e 9. Quatro obtiveram alguma facilidade (números 3 e 4) e duas consideraram que o processo não foi nem tão fácil e nem tão difícil.

A última pergunta desta seção foi sobre quem (mais especificamente de que nacionalidade) eram os amigos/pessoas mais próximas dos questionados. Diferente das outras perguntas, esta tinha apenas três opções: (1) brasileiros, na maioria, (2) holandeses, na maioria, e (3) outros estrangeiros, na maioria. Os resultados foram próximos, porém o menos escolhido foi o primeiro, com 28,6%, o que significa quatro pessoas. Os outros tiveram a mesma porcentagem.

Na entrevista, um dos brasileiros informou que não morava perto de brasileiros. Quando perguntado o porquê, ele respondeu apenas que não havia nenhum vizinho de sua nacionalidade. Entende-se, portanto, que não houve preocupação em residir perto de outros brasileiros, mas que não seria um problema caso algum conterrâneo estivesse estabelecido nas redondezas.

#### ***4.4. O papel do Itamaraty***

As questões sobre o Itamaraty foram voltadas para os tipos de auxílio que este oferece a brasileiros expatriados, ou seja, que residem fora do Brasil. Mais especificamente, nos Países Baixos. Como já informado anteriormente, os consulados brasileiros disponibilizam informações através de cartilhas, e-mail, redes sociais e pessoalmente e possibilitam o acesso a serviços consulares, como emissão de passaportes, certidões de nascimento, títulos de eleitor, entre outros. Também podem encaminhar os brasileiros à prestadores de serviço, dependendo da situação.

Por se tratar de um estudo de caso, o objetivo desta seção era de confirmar com os brasileiros imigrantes na Holanda se esses serviços/auxílios são oferecidos da forma como divulgados. Quatro perguntas foram elaboradas, sendo que a última permitia justificativa.

A primeira pergunta, respondida por quatorze brasileiros, questionava os imigrantes sobre a busca por informações de possíveis auxílios governamentais do Brasil antes e/ou durante o processo de imigração para os Países Baixos. Surpreendentemente, apenas dois disseram que averiguaram o cenário.

A inquirição seguinte, teoricamente deveria ser respondida apenas pelos dois brasileiros que disseram sim à primeira indagação, contudo doze pessoas responderam de forma unânime. A pergunta foi: “Caso sim, você considera que essa ajuda foi importante para sua integração no meio em que está inserido?”. Todos responderam que não.

A terceira pergunta questionava a frequência em que os brasileiros imigrantes entravam em contato com a repartição consular brasileira nos Países Baixos. Dos quatorze inquiridos, apenas cinco mantêm contato, sendo que um dos respondentes se comunica cerca de duas vezes ao ano e os outros, uma vez. Nove disseram que não contatam o Consulado.

A última questão, respondida por apenas oito pessoas, era a seguinte: “Existe algum tipo de medida/serviço que você considera importante que o Itamaraty desenvolva/disponibilize?”. 62,5% (cinco pessoas) disseram que não. Dessas, quatro não mantêm nenhum contato com o Consulado. A justificativa das três pessoas que disseram sim foram duas: (1) melhor atendimento – poucos funcionários trabalham e não conseguem atender toda a demanda de brasileiros em tempo razoável – e (2) maior atenção aos brasileiros na Holanda – às vezes alguns problemas demoram a ser resolvidos e prejudicam o brasileiro que não dispõe de tempo livre para retornar ao Consulado com muita frequência.

## **Considerações Finais**

Após análise das respostas do questionário sobre o perfil, conclui-se que: (1) fica claro que casamentos e uniões estáveis são os principais motivadores para a imigração brasileira na

Holanda, dentro do quesito reunião familiar; (2) outro aspecto inquestionável é a presença feminina muito superior à masculina, que, ainda que acidentalmente, ilustra a realidade mostrada por censos da população brasileira imigrante; (3) se este questionário representar a realidade total, os homens tendem a imigrar mais para conviver com parentes do que as mulheres; (4) ainda que metade dos respondentes tenha ao menos ensino superior completo, a outra metade não possui nível de instrução mínimo para competir com a grande maioria dos locais, considerando que muitas empresas exigem ao menos conhecimento técnico específico, que é ofertado aos estudantes holandeses após o ensino médio<sup>19</sup>, o que aumenta a dificuldade de ingresso de imigrantes despreparados no mercado de trabalho formal.

Em relação à adaptação, entende-se que (1) a maioria dos respondentes encontrou mais dificuldades do que facilidades de adaptação à todos os aspectos considerados; (2) a área de adaptação menos complexa foi a vizinhança, se for levado em conta o fato de que foi o único aspecto em que o número 1 foi marcado e que o número 2 teve maior índice de respostas; (3) não existe uma regra exata sobre o perfil de quem se adapta melhor. Três das quatro pessoas que chegaram em 2008 têm mais amigos estrangeiros do que holandeses. Por outro lado, os dois brasileiros que imigraram em 2014 têm mais amigos holandeses do que estrangeiros. Como não é lógico dizer que a relação tempo *versus* integração é inversamente proporcional, ou seja, que os imigrantes mais recentes se integram mais facilmente que os mais antigos, a pesquisa não percebeu nenhuma relação entre os dois fatores. Se houver alguma tendência entre estes, não foi notada aqui.

No que diz respeito à impressão dos imigrantes brasileiros sobre a atuação do Ministério das Relações Exteriores, deduz-se que (1) ou os aspirantes a imigrantes na Holanda não se interessam por qualquer tipo de ajuda governamental para a integração local ou eles desconhecem que existe esta possibilidade; (2) as formas de suporte para brasileiros no exterior que o Itamaraty possui não são eficientes ou não são claras o suficiente para que estes brasileiros consigam utilizá-las. O fato é que existe algo que não está funcionando

---

<sup>19</sup>Quando o estudante escolhe por não ter a orientação técnica, este é encaminhado para o ensino superior. Essa informação foi retirada do DVD de integração social para estrangeiros na Holanda, elaborada pelo Ministério de Segurança e Justiça do país.



bem; (3) a maioria dos brasileiros imigrantes nos Países Baixos não tem interesse em manter contato com a repartição consular no país e quando o faz, é por necessidade; (4) a maior parte dos inquiridos não considera que o serviço consular pode ser útil de alguma forma para sua integração local; (5) os respondentes concordam que o atendimento consular poderia e deveria ser otimizado.

Em suma, a conclusão do último tópico da pesquisa mostra que as hipóteses inicialmente levantadas são falsas. Não só os brasileiros não se interessam pelos mecanismos de auxílio governamental, como também estes meios não cumprem seu objetivo. Uma conjectura viável é a de que os brasileiros imigrantes nos Países Baixos não procuram o contato com a representação diplomática no país porque não enxergam como isso os ajudaria na integração.

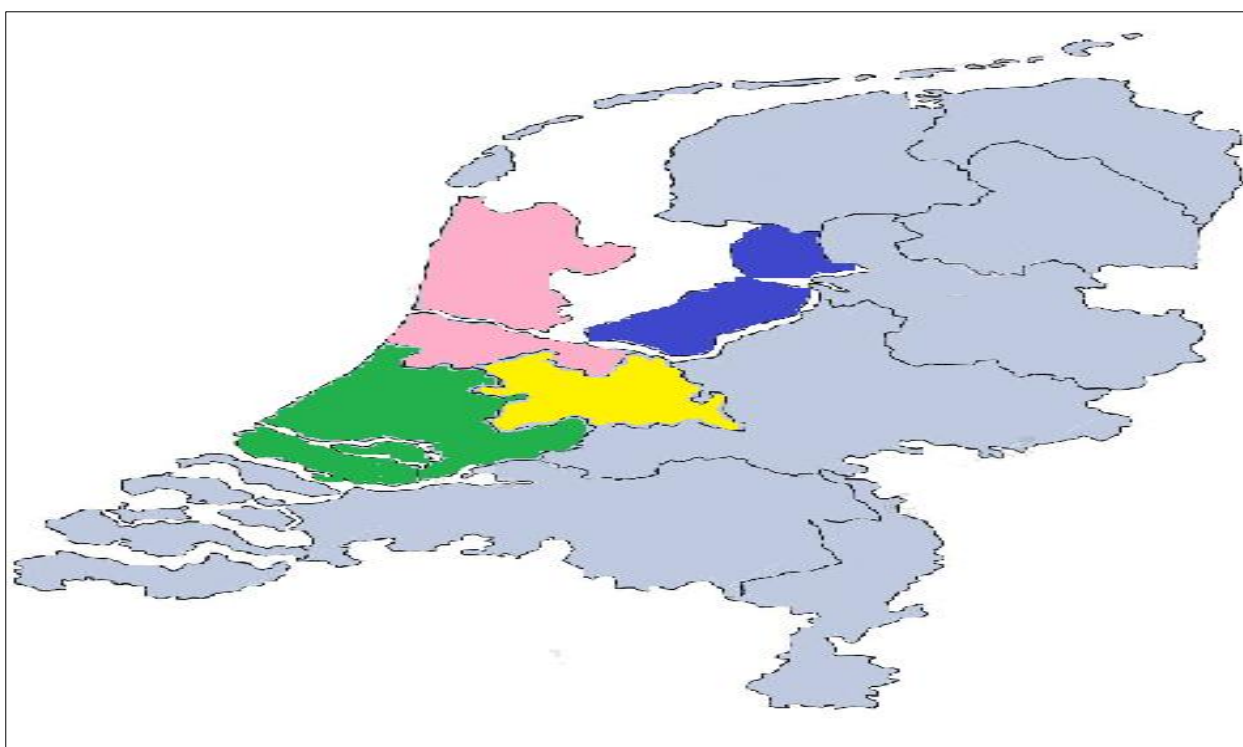
Quanto à ineficiência da assessoria governamental no processo de integração local, supõe-se que o Brasil, apesar dos proveitos econômicos citados neste artigo, não se interessa realmente por seus nacionais no exterior além do que possa beneficiá-lo no plano econômico e do mínimo previsto pelo Direito Internacional, mais especificamente pela Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Esta hipótese remete às informações puramente teóricas e muitas vezes desconhecidas por quem, de fato, precisa delas.

Como já foi dito anteriormente, o questionário foi disponibilizado em grupos de brasileiros em diferentes cidades na Holanda, porém a comunidade de Utrecht foi a que se mostrou mais receptiva à pesquisa de campo como um todo.

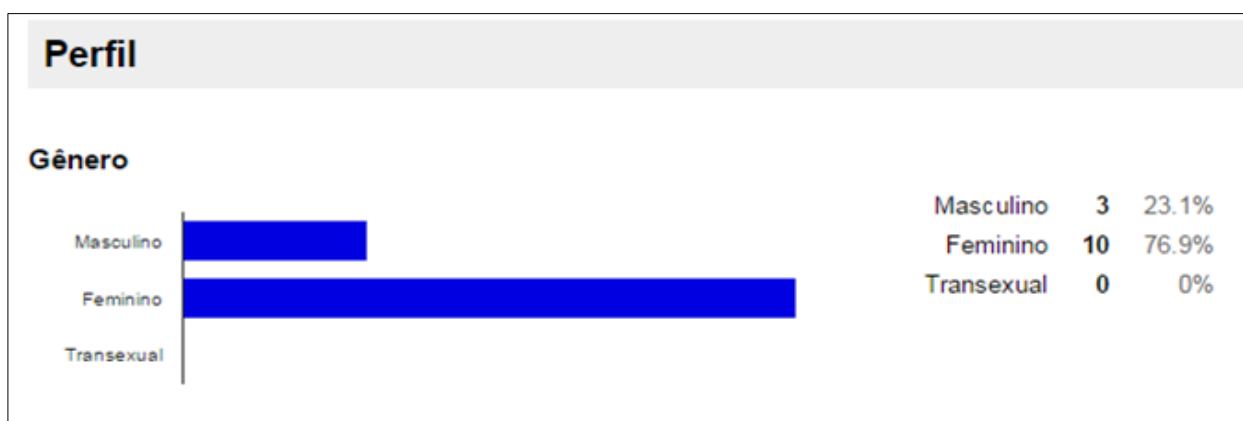
Devido à necessidade de síntese do artigo, não é possível afirmar que a pesquisa feita representa a realidade geral. Logo, este trabalho deve ser visto como uma introdução ao assunto, sendo, portanto, necessária a realização de estudos mais profundos e abrangentes para se chegar a conclusões mais factíveis.

## Apêndices

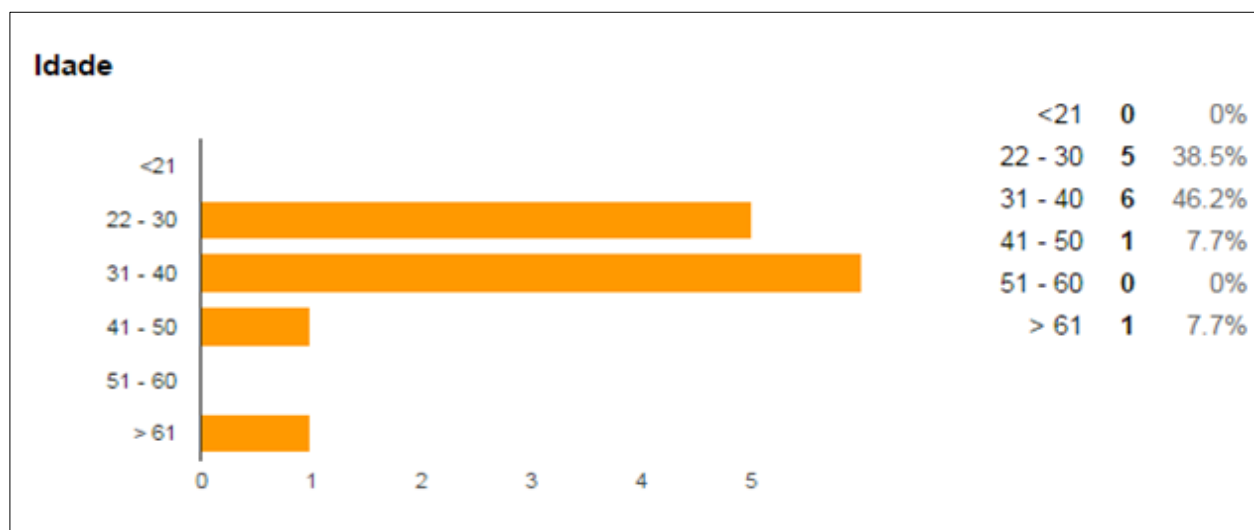
Representação espacial dos locais onde os brasileiros que responderam a pesquisa estão estabelecidos.



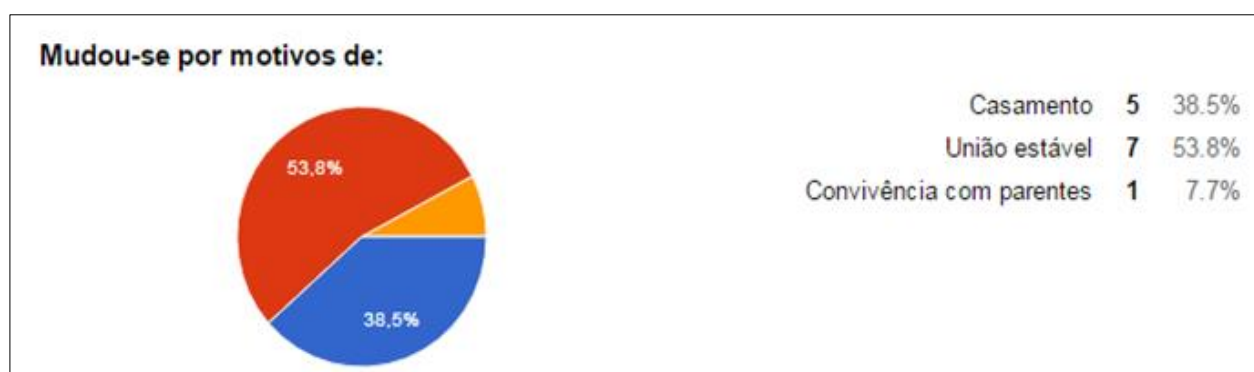
Fonte: Elaborado pelo autor.



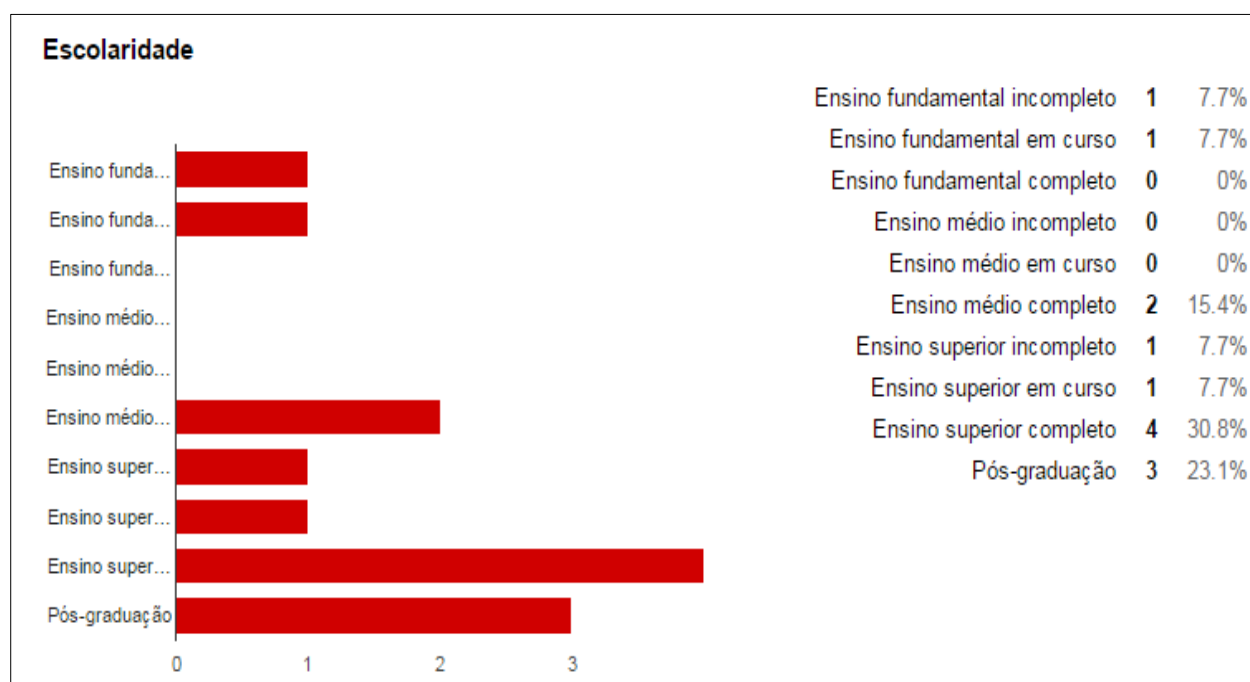
Fonte: Elaborado pelo autor.



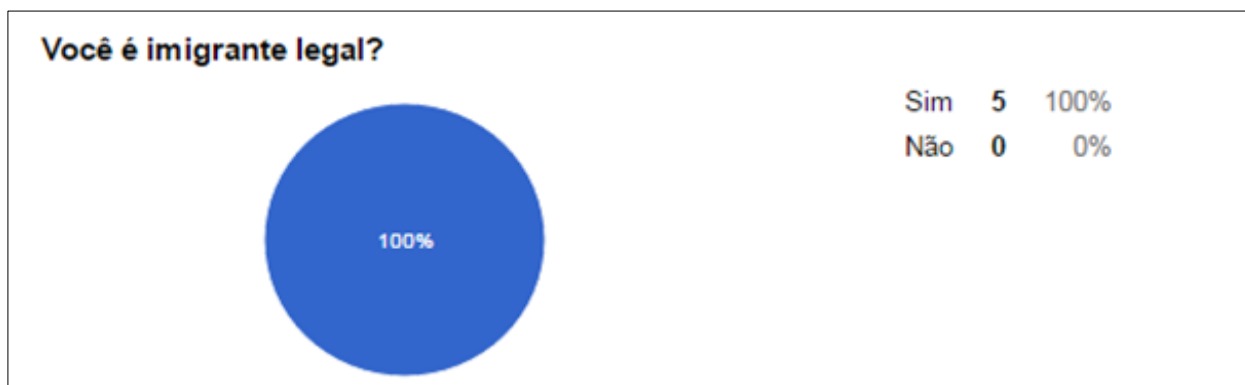
Fonte: Elaborado pelo autor.



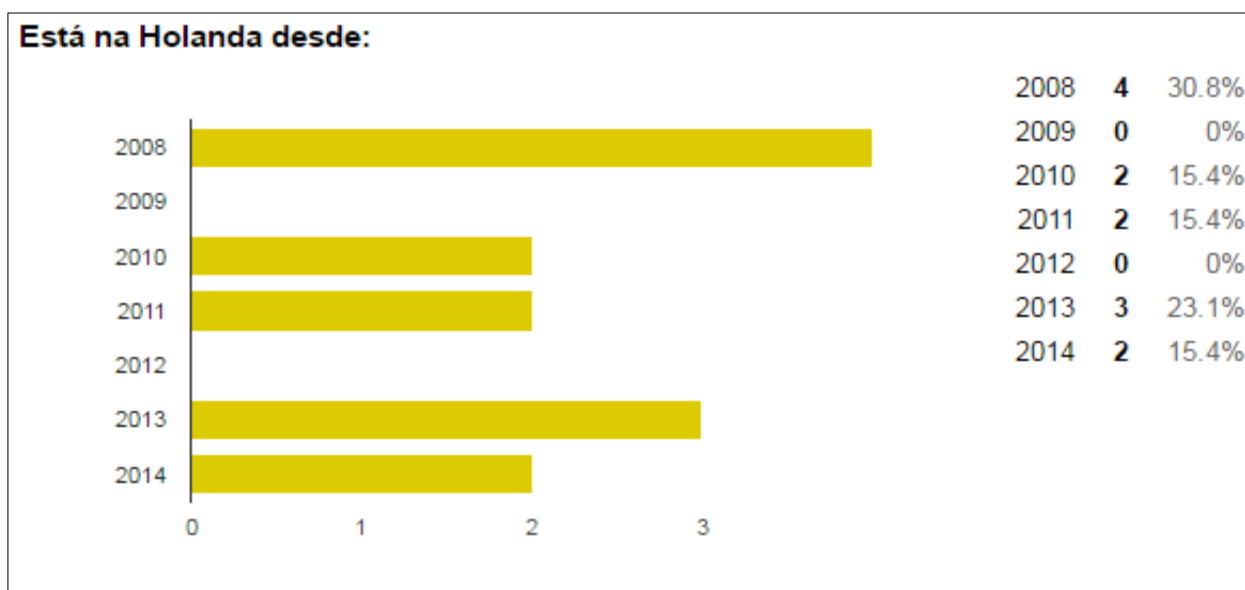
Fonte: Elaborado pelo autor.



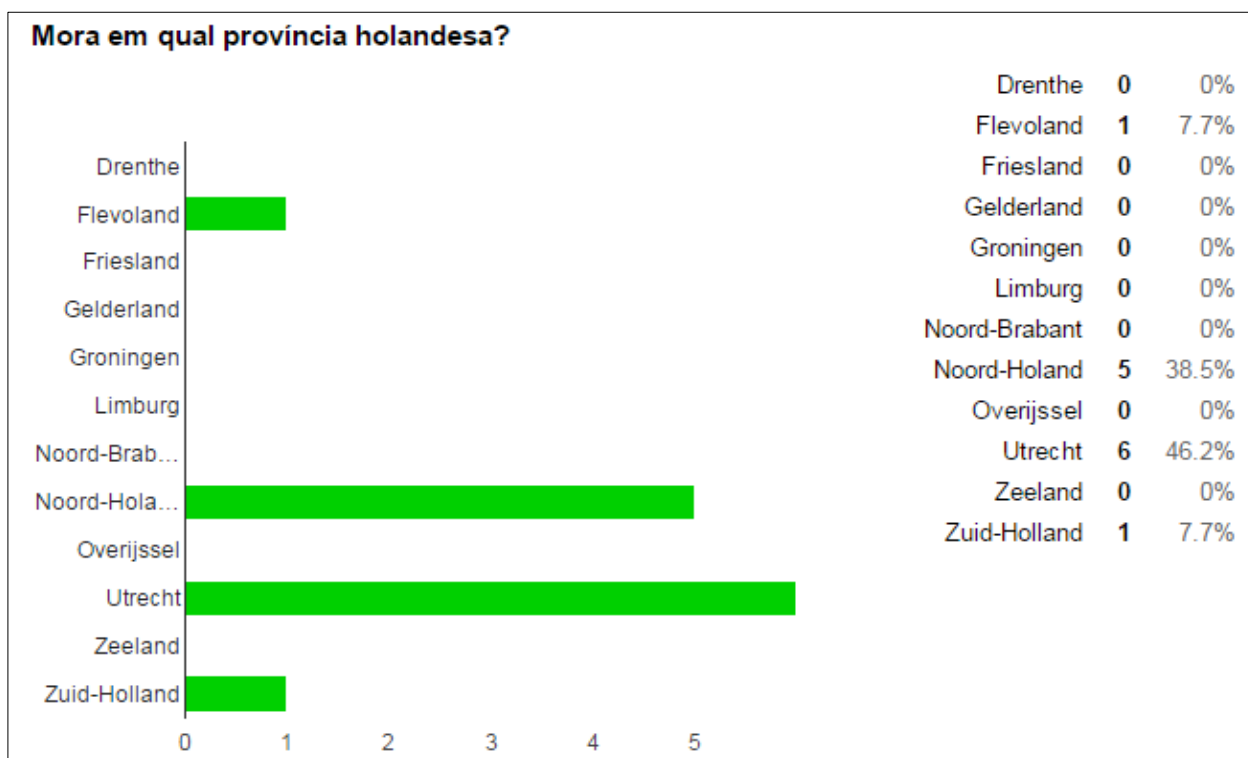
Fonte: Elaborado pelo autor.



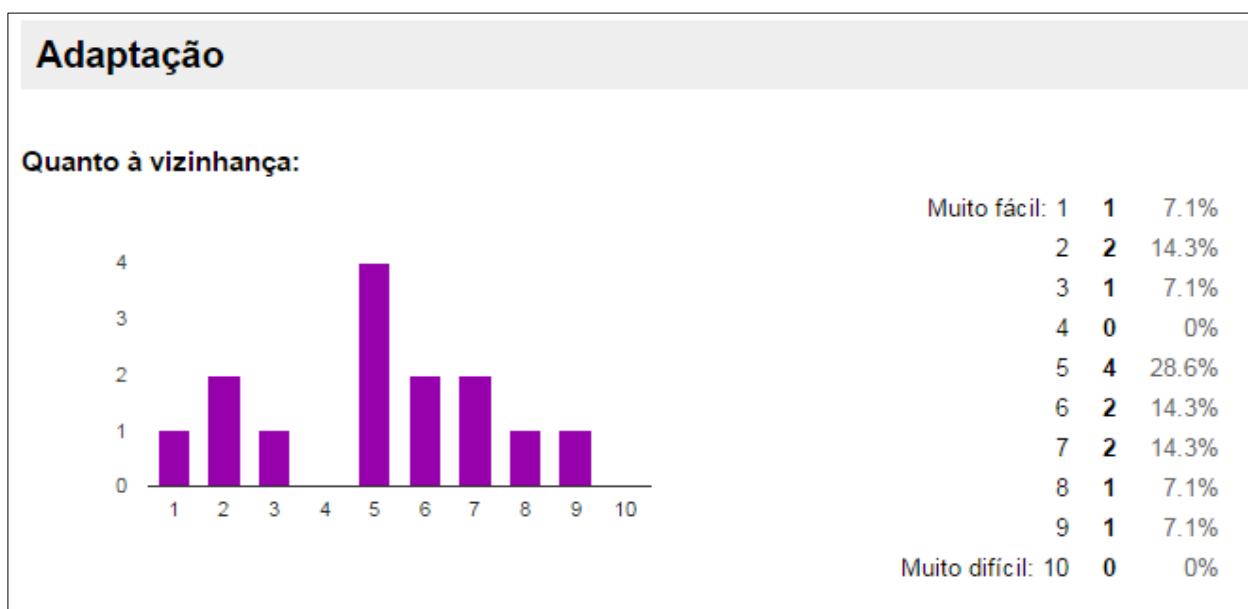
Fonte: Elaborado pelo autor.



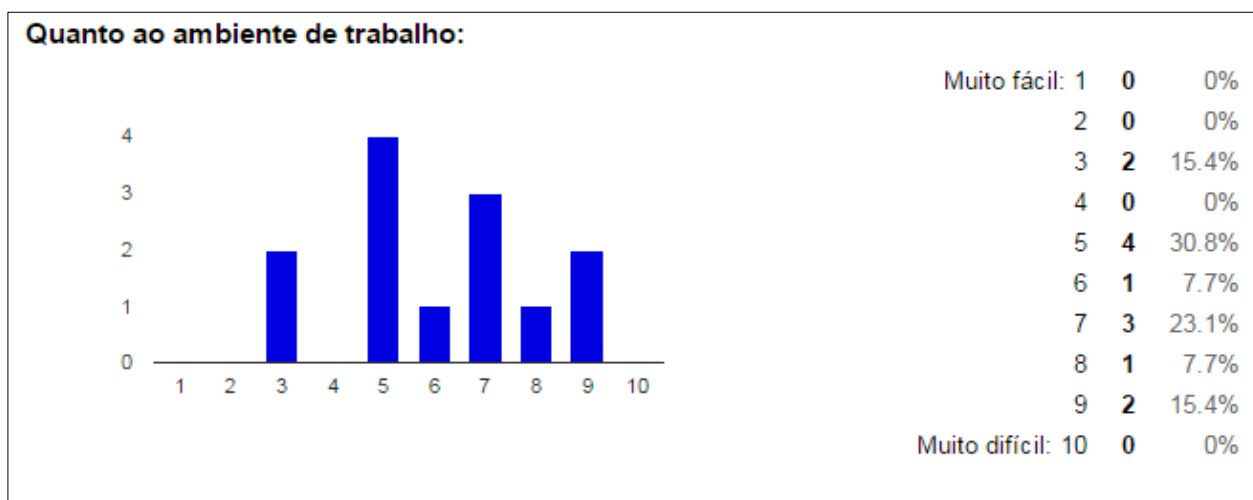
Fonte: Elaborado pelo autor.



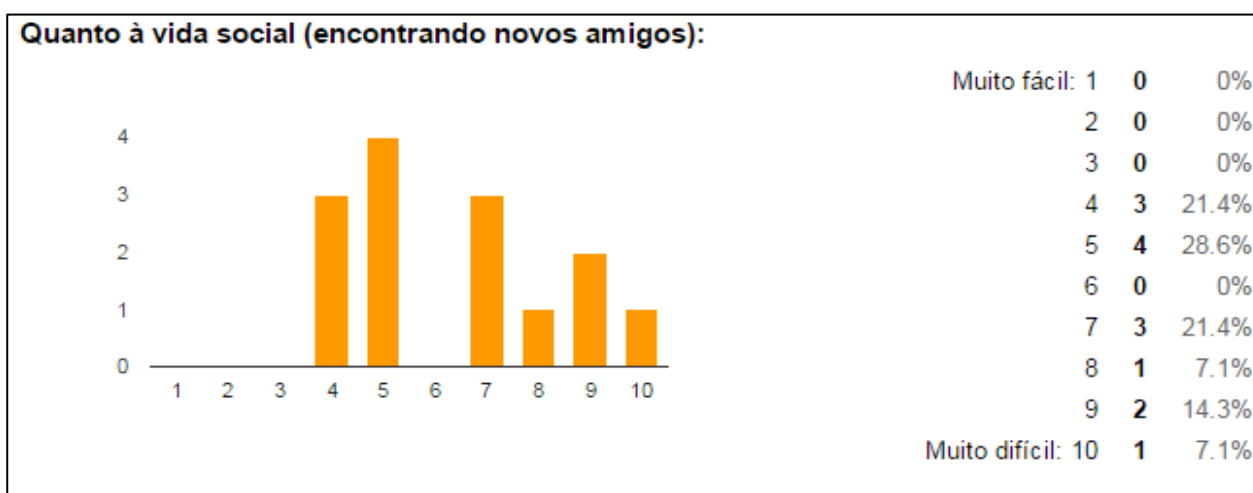
Fonte: Elaborado pelo autor.



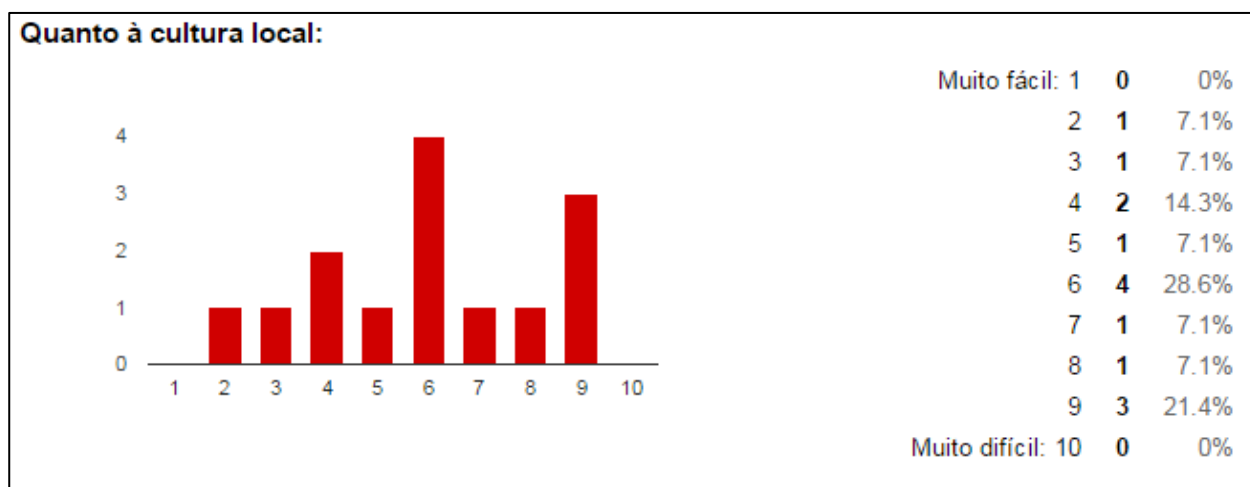
Fonte: Elaborado pelo autor.



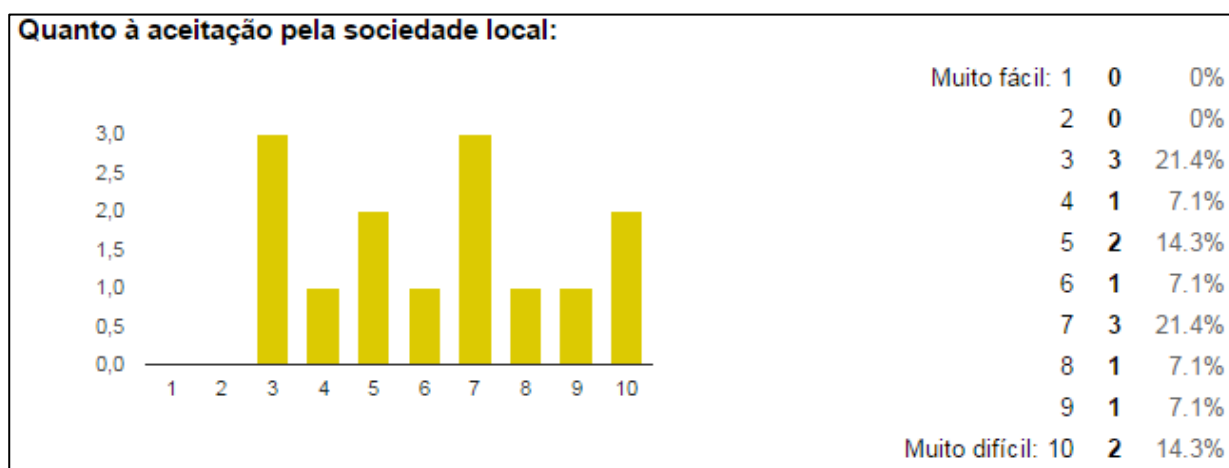
Fonte: Elaborado pelo autor.



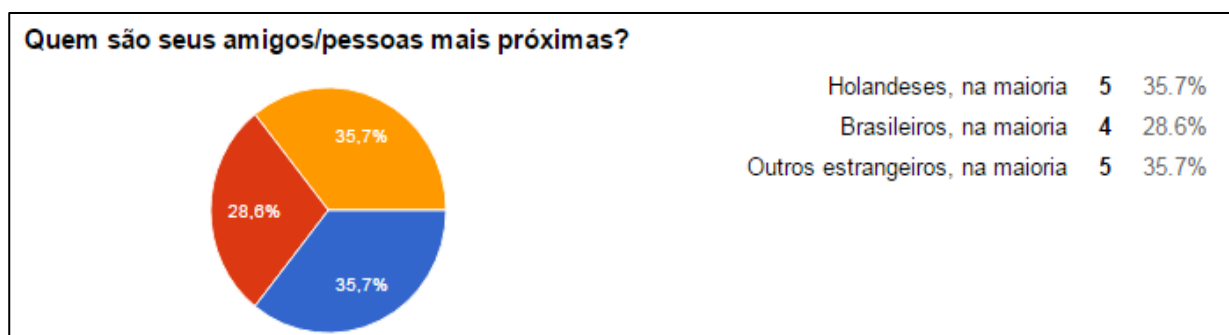
Fonte: Elaborado pelo autor.



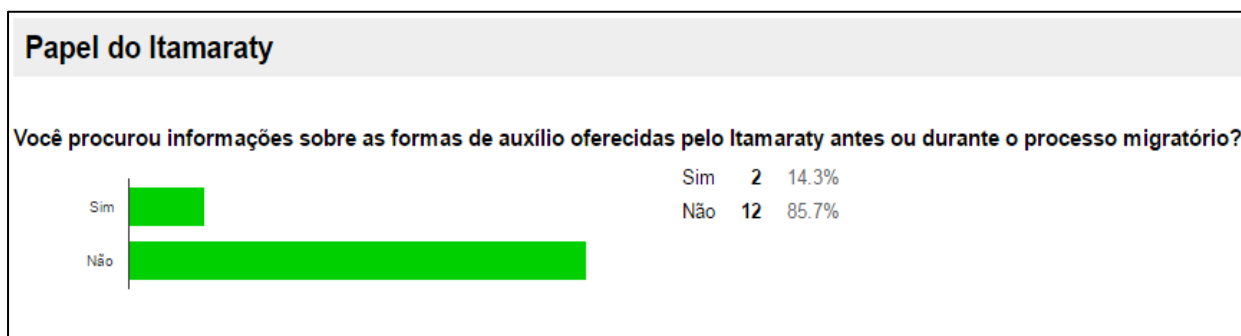
Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo autor.



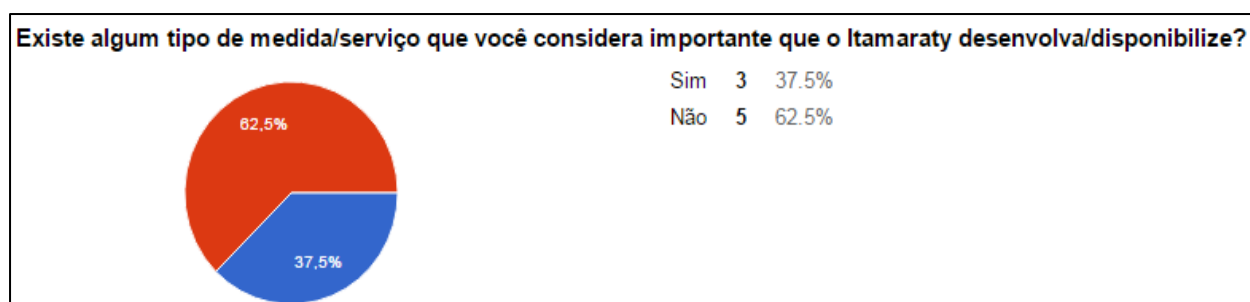
Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo autor.



## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. (2010), “A Companhia das Índias Ocidentais: uma sociedade anônima?” Revista USP. v. 105. pp. 25-38, <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67891/70499>. Acessado em 27/07/2017.

ANDRADE, Carolina (2015). Informações. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <notarial.roterda@itamaraty.gov.br> em 3 nov 2015.

BACCI, Massimo Livi. (2001), “500 anni di demografia brasiliana: una rassegna”. Revista Popolazione e Storia, no. 1, pp. 13-34, [http://rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/335/pdf\\_315](http://rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/335/pdf_315). Acessado em 27/07/2017.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 183/72. ‘Aprovação da adesão à convenção sobre Relações Consulares, concluída em Viena em 24 de Abril de 1963’, <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>. Acessado em 27/07/2017.

BRASIL. Instituto Rio Branco: ‘Carreira de Diplomata’, [http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/a\\_carreira\\_de\\_diplomata.xml](http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/a_carreira_de_diplomata.xml). Acessado em 27/07/2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. ‘Perguntas frequentes’, [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=699&Itemid=131&lang=pt-BR#I.7](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=699&Itemid=131&lang=pt-BR#I.7). Acessado em 27/07/2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. ‘Reino dos Países Baixos’, [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5622&Itemid=478&cod\\_pais=NLD&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5622&Itemid=478&cod_pais=NLD&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR). Acessado em 27/07/2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores: ‘Portal Brasileiros no Mundo’. Diplomacia Consular, <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/diplomacia-consular-2007-a-2012-final.pdf>. Acessado em 27/07/2017.

CORDEIRO, S. V. A. L.; NASCIMENTO, M. I. M. (2006), “Imigração holandesa no Brasil”. Glossário Histedbr. Faculdade de Educação – Unicamp, [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_imigr\\_holandesa.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_imigr_holandesa.htm). Acessado em 27/07/2017.

CRISP, Jeff. (2004), “The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis”. New Issues in Refugee Research - UNHCR, no. 102, pp. 1 – 11, <http://www.alnap.org/resource/12422>. Acessado em 27/07/2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (2000), ‘Brasil: 500 anos de povoamento’ (Rio de

Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), pp.225, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP2&t=migracaoe-s-externas-total-imigrantes-brasil>. Acessado em 27/07/2017.

FAUSTO, Boris. (1995), *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, <https://blogdorosuca.files.wordpress.com/2012/02/boris-fausto-histc3b3ria-do-brasil.pdf>. Acessado em 27/07/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. ‘Dados históricos dos censos: Estimativas da população 1550 – 1870’, (Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550\\_1870.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm). Acessado em 27/07/2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2006), ‘Estatísticas do século XX’ (Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acessado em 27/07/2017.

JAEGER, Guilherme Pederneiras. (2011), “O direito de assistência consular à luz do caso Avena”. *Amicus Curiae*. vol.6, no.6. pp. 1- 18 , <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/view/531/522>. Acessado em 27/07/2017.

LIA, Cristine Fortes. (2012), “A quadrilha de falsários: imigrantes judeus nas ações policiais e judiciais”. *MÉTIS: história & cultura*, vol. 11, no. 21, pp. 369-379, <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/2087/1236>. Acessado em 27/07/2017.

MADEIRA, Nuno R; REIFSCHNEIDER, Francisco JB ;GIORDANO, Leonardo de B. (2008), “Contribuição portuguesa à produção e ao consumo de hortaliças no Brasil: uma revisão histórica”. *Horticultura Brasileira* , vol. 26. no.4, p. 428-432, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-05362008000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362008000400002). Acessado em 27/07/2017.

MAGALHÃES, Pedro H. ‘Informação sobre imigrantes brasileiros na Holanda’. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <assistencia.rotterda@itamaraty.gov.br> em 17 ago 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. (1998), "A população do Brasil colonial". In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina*. v. 2: América Latina Colonial. Editado por Edusp/Funag. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília,DF: Fundação Alexandre Gusmão, pp. 311- 321.

MARQUESE, Rafael de Bivar. (2006) “A Dinâmica da Escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos - CEBRAP*, no. 74, pp. 107 – 123, <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acessado em 27/07/2017.

MEETEREN, M.; PEREIRA, S. (2013), “The differential role of social networks. Strategies and routes in Brazilian migration to Portugal and the Netherlands”. International Migration Institute (IMI), Oxford University. vol. 66, pp. 1 – 19, <https://www.imi.ox.ac.uk/publications/wp-66-13>. Acessado em 27/07/2017.

MEETEREN, Masja van; ROGGEVEEN, Susana. (2013), “Beyond community: an analysis of social capital and the social networks of Brazilian immigrants in Amsterdam”. Current Sociology, vol 61, no. 7, pp. 1078 – 1096, <http://csi.sagepub.com/content/61/7/1078.full.pdf+html>. Acessado em 27/07/2017.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. (2000), *Curso de direito internacional público*. 12. ed. rev. e ampl. Renovar, vol. 2.

PAISES BAIXOS. Serviço de Imigração e Naturalização. (2014), ‘NaarNederland’ [filme-vídeo]. Ministerio de Segurança e Justiça. Amsterdã.DVD, 105 min.

PEDROSO, Luiz Eduardo Villarinho. *O Recente Fenômeno Imigratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica*. Fundação Alexandre de Gusmão. pp.261.

PINCHEMEL, Felipe. ‘Contato Portal Itamaraty’. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <felipe.pinchemel@itamaraty.gov.br> em 14 ago 2015.

RANGEL, Vicente Marotta. (1988), “A embaixada permanente e as origens da diplomacia”. Revista USP, pp. 87-95, <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67114/69724>. Acessado em 27/07/2017.

ROOS, Tom; ESHUIS, Margje. (2008), *Os Capixabas Holandeses, uma história holandesa no Brasil*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Coleção Cannã, vol. 9, [http://www.ape.es.gov.br/pdf/Os\\_Capixabas\\_Holandeses\\_portugues.pdf](http://www.ape.es.gov.br/pdf/Os_Capixabas_Holandeses_portugues.pdf). Acessado em 27/07/2017.

SÃO PAULO. Museu da Imigração do estado de São Paulo. ‘Histórico das Migrações’, <http://museudaimigracao.org.br/centro-de-preservacao-pesquisa-e-referencia/historico-das-imigracoes/>. Acessado em 27/07/2017.

SIMÕES, José Luis. (2005) “Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na república velha”. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, pp. 1-9. [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa\\_debates/art16.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_debates/art16.pdf). Acessado em 27/07/2017.